

I CICLO

Seminários Lei & Justiça

Covid-19: Estado de Direito e a proteção dos Direitos Fundamentais no espaço lusófono

PROGRAMA

18 a 23 de dezembro de 2020



Seminários Lei & Justiça	4
I Ciclo	6
Painel 1	8
Painel 2	13
Painel 3	16
Painel 4 (Edição especial em Tétum)	20
Organização	23
Nota biográfica dos participantes	25
Anexo (Agenda das sessões)	69

FICHA TÉCNICA

Seminários Lei & Justiça

Edição: anual

I Ciclo: Dezembro de 2020

Organização: Network Timor - Lei & Justiça, em parceria com o PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste

Programação e edição: Carla Valério e Patrícia Coutinho

Tema: *COVID-19: Estado de Direito e a proteção dos direitos fundamentais no espaço lusófono*

Data e hora: 18, 21, 22 e 23 de dezembro de 2020, às 10h00 de Lisboa, 19 h de Díli

Local: Zoom | Facebook Live | JustiçaTV

Seminários Lei & Justiça

A Network Timor - Lei & Justiça apresenta os Seminários Lei & Justiça, um fórum aberto e de pendor colaborativo, de edição anual, que visa fomentar a discussão e a análise comparada, a partilha de boas práticas e a procura de soluções para desafios comuns.

Com a presente iniciativa, abre-se à comunidade interessada um lugar de debate e expressão de experiências e realidades proeminentes para a construção e desenvolvimento legal e institucional do Estado de Direito e para a concretização dos Direitos Humanos, perspetivadas a partir do contexto de Timor-Leste. Pretende-se, assim, trazer Timor-Leste para o centro do debate e, ao mesmo tempo, explorar e abraçar a diversidade e a riqueza do tecido normativo, político, económico, social e cultural de diversas geografias, temáticas e experiências com relevo para o seu contexto de desenvolvimento.

Dando eco à visão partilhada pela NetWork Timor – Lei & Justiça, esta iniciativa visa também contribuir para a promoção e valorização de mecanismos de participação pública na definição das agendas do desenvolvimento e das políticas públicas. Para o efeito, convoca a colaboração e participação de atores locais,

regionais e internacionais que atuam nos domínios do Direito e, em particular dos Direitos Humanos e da Justiça.

De edição anual, cada ciclo é organizado em parceria com uma entidade/organização convidada, seja da academia, do setor público ou mesmo do setor privado, em especial, entidades de fins não lucrativos. Estas parcerias visam propiciar a cooperação e o intercâmbio de ideias, dando voz e amplificando o papel de diversas organizações e atores de relevo no contexto de desenvolvimento de Timor-Leste.

As sessões de cada ciclo poderão realizar-se em formato virtual (webinar) ou presencial, nos termos a definir, em cada ano, pelas entidades organizadoras. Para cada sessão, será convidado um painel diversificado de figuras de relevo da vida pública, política e académica e social, juntando juristas, peritos e outros profissionais de práticas relevantes nas áreas visadas.

No final de cada ciclo, será organizada uma edição especial no e-BLJ, onde serão compilados os conteúdos retratados nas diversas sessões e os contributos que sejam, para o efeito, disponibilizados pelos oradores/autores participantes, com vista a sedimentar esse conhecimento, promovendo a sua difusão e partilha e, assim, alcançando um público mais alargado.

I Ciclo

18 a 23 de dezembro de 2020

Versando o tema “COVID-19: Estado de Direito e a proteção dos direitos fundamentais no espaço lusófono”, o I Ciclo dos Seminários Lei & Justiça debruça-se sobre o contexto atual dos países lusófonos, analisando o impacto da atual pandemia COVID-19 num conjunto de domínios fundamentais respeitantes ao Estado de Direito e à esfera de liberdade e fruição de cada indivíduo. Pretende-se fomentar a discussão e partilha de experiências e de respostas encontradas para fazer face à pandemia, identificando desafios e oportunidades, e apresentando, finalmente, propostas que possam auxiliar a formulação de políticas e a tomada de decisões relevantes durante e após a pandemia, especialmente no âmbito de matérias que afetam, de modo particular, as vidas de cada um dos cidadãos, seja na sua esfera coletiva, seja na sua esfera individual.

O I Ciclo integra a realização de quatro seminários em formato virtual, a realizar através da plataforma Zoom, no período de 18 a 23 de dezembro de 2020, às 10h00 em Lisboa, 19h00 em Díli.

Quatro dias, quatro painéis: 18, 21, 22 e 23 de dezembro de 2020, 10h00 Lisboa / 19h00 Díli

- 1** PAINEL 1 - 18 de dezembro de 2020
Covid-19: Estado de Direito, legislação de emergência e a restrição de direitos fundamentais
- 2** PAINEL 2 - 21 de dezembro de 2020
Covid-19 e a utilização dos meios e plataformas digitais no sistema judicial: desafios e oportunidades
- 3** PAINEL 3 - 22 de dezembro de 2020
Covid-19 e igualdade de género: impacto, medidas e respostas
- 4** PAINEL 4 - 23 de dezembro de 2020 (*Edição especial em Tétum*)
Covid-19 no limitasaun direitu fundamentál sira iha Timor-Leste

Painel 1

COVID-19: Estado de Direito, legislação de emergência e a restrição de direitos fundamentais

Data:

18 de dezembro de 2020, às 10h00 em Lisboa, 19h00 em Díli

Moderação: Ângela Carrascalão

Intervenção de abertura: Fidelis Leite Magalhães, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e Porta-Voz do VIII Governo Constitucional da República Democrática de Timor-Leste

O impacto e os efeitos devastadores da COVID-19 têm colocado os governos numa prova sem precedentes, exigindo uma resposta eficaz, preventiva, atempada e de grande escala para conter a propagação do vírus. Neste contexto de emergência, de exceção e de restrição de direitos, torna-se, pois, imperativo assegurar que as medidas tomadas para responder eficazmente à crise sanitária não prejudicam a salvaguarda, no plano imediato e a longo prazo, os valores fundamentais da democracia e do Estado de direito e Direitos Humanos.

Com o tema “COVID-19: Estado de Direito, legislação de emergência e a restrição de direitos fundamentais”, o *Painel 1* propõe-se debater a forma como os governos têm respondido à pandemia, identificando desafios e fragilidades no foro normativo, mas também transnormativo, emergentes no período da pandemia, e discutindo a interpretação de conceitos estruturantes para o Estado de Direito que, ora diminuem e restringem o espaço de proteção de direitos e liberdades fundamentais, ora aumentam o espectro de formas abusivas ou subversivas do espaço das liberdades fundamentais.

Ganha também relevo, no contexto caleidoscópico atual, a análise das sucessivas respostas legislativas, desenhadas à velocidade da luz, sob a égide de novas significâncias e interpretações do conceito de emergência e do seu impacto a longo prazo, que fundamentam a adoção de medidas excepcionais para desacelerar a disseminação do vírus.

Assim, os autores foram convidados a refletir sobre os seguintes tópicos, entre outros:

- Estado de emergência e a restrição de direitos fundamentais;
- Espaço público reduzido e ameaçado? Restrição dos direitos e liberdades fundamentais e individuais, em especial das

liberdades de expressão, de reunião, de manifestação e de religião;

- Como compatibilizar as iminentes crises políticas e a necessidade de proteção da saúde pública e da recuperação económica;
- A definição de emergência e a abordagem legislativa adoptada pelos países lusófonos;
- Identificação de casos em que a aplicação da legislação de emergência levou à violação dos direitos constitucionais, abuso dos poderes policiais e discriminação contra grupos vulneráveis;
- Impacto a longo prazo das medidas de emergência COVID-19: o que acontecerá à legislação de emergência uma vez terminada a pandemia e como evitar o risco de surgimento de abusos de poder no futuro.

Dada a sua abrangência, este painel compreende duas partes: a 1ª parte, de ordem mais geral, agrupa as intervenções relacionadas com o Estado de Direito e as restrições aos Direitos Fundamentais resultantes das medidas de exceção de combate à pandemia; a 2ª parte centra-se especificamente nos desafios legislativos gerados no contexto pandémico.

O Painel conta com a intervenção de abertura de S. Exa. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e Porta-Voz do VIII Governo Constitucional da República Democrática de Timor-Leste, **Fidelis Leite Magalhães**, que apresentará sobre *'Medidas legislativas e económicas tomadas pelo Governo de Timor-Leste na luta contra a COVID-19: É possível ser eficaz, sem violar os Direitos Humanos. Uma visão de Timor-Leste'*.

Seguir-se-á a intervenção dos restantes oradores convidados, pela ordem a seguir indicada:

Na 1ª parte:

- **José Pina Delgado**, Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, que apresentará a *'Sinopse das medidas limitadoras de direitos adotadas em Cabo Verde para Impedir a propagação da COVID-19'*;
- **Dionísio Babo Soares**, Docente da UNTL e ex-membro do Governo de Timor-Leste, que versará *'A COVID-19 e os direitos civis e políticos em Timor-Leste'*;
- **Hilário Garrido**, Juiz Tribunal Constitucional de São Tomé e Príncipe, com a apresentação do tópico *'Estado de emergência e restrições dos Direitos Fundamentais - Perspectiva de São Tomé e Príncipe'*;

- **Nuno Canas Mendes**, Professor associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e Presidente do Instituto do Oriente, que abordará *‘A reação da ASEAN e dos seus Estados-membros à pandemia e Timor-Leste’*;
- **Nuno Pereira Ribeiro Coelho**, Juiz Desembargador na Relação de Lisboa e Consultor Científico do PACED, que apresentará *‘Estado de direito emergencial e a função jurisdicional’*;

Na 2ª parte:

- **António Delicado**, Investigador do Centro de Investigação em Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa, apresentará *‘Perspetivas da Legística (área do saber que estuda as melhores formas de conceber soluções normativas e de as redigir)’*;
- **Jorge da Graça**, jurista e advogado, assessor junto da Presidência da República Democrática de Timor-Leste, apresentará *‘O regime jurídico-constitucional da legislação aplicável á COVID-19, o estado de emergência a liberdade de conformação legislativa à luz do direito e da prática jurídica em Timor-Leste’*;
- **Ricardo Sousa e Cunha**, Doutor em Direito pela Universidade do Minho, apresentará *‘Os desafios legislativos da pandemia de COVID-19’*; e

- **Sónia Rodrigues**, Coordenadora do Observatório da Legislação Portuguesa, NOVA School of Law, Lisboa, abordará '*Legislação de emergência: o que nos dizem os números*'.

Painel 2

COVID-19 e a utilização crescente dos meios e plataformas digitais no sistema judicial: desafios e oportunidades

Data: 21 de dezembro de 2020, às 10h00 em Lisboa, 19h00 em Díli

Moderação: João Pedro Campos

Intervenção de abertura: Cláudio Ximenes, Desembargador jubilado

A COVID-19 acelerou vertiginosamente o processo de digitalização no meio judicial, oferecendo oportunidades de uma maior celeridade e eficiência, mas criando riscos no domínio da transparência, da acessibilidade às tecnologias e seu impacto no acesso efetivo ao direito e, sobretudo, ao direito a um processo justo e equitativo.

O *Painel 3* centra-se, assim, especificamente no sistema judicial e nas políticas de acesso e acessibilidade aos tribunais e ao direito, analisando os desafios e as oportunidades da utilização dos meios e plataformas digitais no sistema judicial.

Para o efeito, os oradores foram convidados a refletir sobre os seguintes tópicos, entre outros:

- Desafios e oportunidades das novas tecnologias para a justiça;
- Análise crítica da tendência de utilização crescente do uso das novas tecnologias no sistema judiciário, exarcebada pela crise sanitária;
- O uso de novas tecnologias nos tribunais como oportunidade para acelerar a digitalização e outras formas de *'open justice'*;
- Desafios emergentes, incluindo os riscos para a transparência, acessibilidade às tecnologias, processo justo e equitativo e credibilidade das testemunhas.

O *Painel 2* contará com a intervenção de abertura de **Cláudio Ximenes**, Desembargador jubilado, que apresentará sobre os *'Desafios e oportunidades da utilização dos meios e plataformas digitais no sistema judicial timorense'*.

Seguir-se-á a intervenção dos demais oradores convidados, pela ordem a seguir indicada:

- **João Arsénio Oliveira**, Coordenador de Assuntos Europeus e Diretor de Serviços de Relações Internacionais, Ministério da Justiça, que apresentará *‘COVID-19 e a utilização dos meios e plataformas digitais no sistema judicial: desafios e oportunidades – vantagens e perigos para os cidadãos e para as instituições – caso de estudo’*;
- **José Mouraz Lopes**, Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas de Portugal e Consultor Científico do PACED, que abordará *‘O caso do controlo financeiro público’*;
- **Pedro Dias Venâncio**, Professor Adjunto Convidado da ESTG.IPP e Prof. Auxiliar Convidado da EDUM, que apresentará *‘A urgência de um quadro legal para a autenticação digital’*;
- **Susana Antas Videira**, Professora Associada, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que apresentará *‘A crise pandémica, o estado de exceção e os direitos fundamentais’*;
- **Joana Marques Vidal**, através da projeção de um vídeo preparado para a sessão, com o tópico *‘Contributos para um percurso inevitável’*.

Painel 3

A COVID-19 e a igualdade de género: impacto, medidas e respostas

Data:

22 de dezembro de 2020, às 10h00 em Lisboa, 19h00 em Díli

Moderação: Patrícia Coutinho

Intervenção de abertura: Mónica Ferro, Diretora do escritório do Fundo das Nações Unidas para a População em Genebra (UNFPA)

Os efeitos sociais e económicos da pandemia afetam negativa e desproporcionadamente as mulheres e meninas, traduzindo uma séria ameaça aos avanços significativos conseguidos na agenda da igualdade de género nos últimos 30 anos. Fecho de escolas, bloqueios e acesso reduzido à saúde, maior isolamento e exposição continuada a formas de violência no espaço doméstico e íntimo e vulnerabilidade económica, são apenas alguns exemplos da forma como a pandemia tem exacerbado as disparidades de género existentes, tornando visível e flagrante

uma regressão em domínios fundamentais para a igualdade de género.

Tal regressão traduz um custo singular para todas mulheres e meninas e, ao mesmo tempo, um custo absoluto para as nossas sociedades, convocando, por isso, o fortalecimento e a adoção urgente de políticas e ações, incluindo mecanismos de participação efetiva e a consideração plena da perspectiva de género na tomada de decisões durante e após a pandemia.

O Painel 3 debruça-se, assim, sobre a análise do impacto da COVID-19 na agenda da igualdade de género e dos direitos das mulheres e meninas. Em especial, serão abordados temas como a violência de género, o acesso à saúde e direitos reprodutivos, a participação e inclusão sócio-económica das mulheres ou ainda a especial interseção entre o género e alguns temas de grande relevo atual como as migrações e o papel das mulheres na recuperação económica e na promoção da igualdade de género.

Neste painel, os oradores foram convidados a explorar os seguintes tópicos, entre outros:

- COVID-19 e igualdade de género: uma dinâmica regressiva? Medidas e respostas;
- Posição da igualdade de género na lista das prioridades das agendas das políticas públicas: ainda no fim da lista?

- Impacto e vulnerabilidade económica: são as mulheres mais vulneráveis aos efeitos económicos relacionados com a COVID-19, devido às desigualdades de género existentes?
- Participação no processo de tomada de decisões durante e após a pandemia;
- COVID-19 e violência de género: dinâmicas, medidas e respostas.

O Painel contará com a intervenção de abertura de **Mónica Ferro**, Diretora do escritório em Genebra do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), que apresentará *‘COVID-19 e a violência contra as mulheres - a crise dentro da crise. Um olhar sobre os Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência de Género’*.

Seguir-se-á a intervenção dos restantes oradores convidados, pela ordem a seguir apresentada:

- **Ana Rodrigues**, Investigadora e docente convidada da Escola de Direito da Universidade do Minho, que apresentará *‘COVID-19, igualdade e direitos reprodutivos – a resposta dos sistemas de saúde e os impactos na gravidez, parto e puerpério’*;
- **Ariana Simões de Almeida**, perita em assuntos de igualdade de género e emancipação económica, que apresentará *‘COVID*

19 e o impacto desproporcional na participação sócio-económica das mulheres, particularmente mulheres com deficiência’;

- **Berta Montalvão**, Senior Managing Partner da FORSAE e Vice-presidente da FME - Federação das Mulheres Empresárias e Empreendedoras da CPLP, que partilhará *‘Breves notas sobre o papel das mulheres timorenses na promoção da igualdade de género’;*
- **Carmelita Pires**, consultora e advogada, na Guiné Bissau, que abordará a *‘COVID-19 e a agenda de promoção da igualdade de género na Guiné-Bissau’;*
- **Maria Manuel Leitão Marques**, Deputada ao Parlamento Nacional, apresentará *‘Covid-19: trabalho precário e os deveres de cuidado’;*
- **Nurima Alkatiri**, ativista pela igualdade de género, que apresentará os *‘Desafios atuais para a igualdade de género em Timor-Leste’;*
- **Nzira Razão Deus**, Diretora Executiva do Fórum Mulher, Moçambique, que apresentará o *‘Impacto da COVID-19 em Moçambique com enfoque na situação de crise humanitária, assim como o seu impacto para a segurança das mulheres, violência de género e economia informal’;*

- **Sandra Ribeiro**, Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, apresentará *‘O impacto do COVID-19 no mercado de trabalho numa perspetiva de género’*;
- **Vasco Malta**, Chefe Missão OIM Portugal - Organização Internacional para as Migrações - UN, apresentará *‘Migrações: Impacto da COVID-19 & Futura recuperação socio - económica’*.

Painel 4 (Edição especial em Tétum)

Covid-19 no limitasaun direitu fundamentál sira iha Timor-Leste

Data: 23 de dezembro de 2020, às 10h00 em Lisboa, 19h00 em Díli

Moderação: Helena Ximenes

Intervenção de abertura: José Telo, Provedor Adjunto, Provedoria da Justiça e dos Direitos Humanos de Timor-Leste

O *Painel 4* circunscreve-se à realidade atual de Timor-Leste, propondo-se analisar o impacto da COVID-19 na restrição dos

Direitos Fundamentais em Timor-Leste, analisando o impacto multidimensional dos sucessivos estados de emergência e das medidas de prevenção e combate à pandemia, naquele que é já um reconhecido caso de sucesso no controlo da pandemia na região do sudeste asiático.

Este último painel será realizado em língua tétum, assim alargando o âmbito de participação a oradores e outros interlocutores da língua nativa mais falada em Timor-Leste.

O *Painel 4* contará com a intervenção de abertura de **José Telo**, Provedor Adjunto da Provedoria da Justiça e dos Direitos Humanos de Timor-Leste, sobre '*A restrição de direitos no contexto dos sucessivos estados de emergência declarados em Timor-Leste*'.

Seguir-se-á a intervenção dos demais oradores convidados, pela ordem a seguir apresentada:

- **Berta Antonieta Tilman Pereira**, investigadora e fundadora do Grupo Feminista iha Timor, Timor-Leste, que apresentará '*Oinsá COVID fó impaktu ba klase traballador liliu feto iha setór informal*';
- **Dinorah Granadeiro**, Comissária dos Direitos da Criança de Timor-Leste, sobre '*Situasaun COVID 19 nia iha Timor liuliu*

limitasaun ba Direitu Labarik durante Estadu Emerjensia no Pandemia COVID 19’;

- **Gabriela Leite-Soares**, Responsável pelo desenvolvimento de estratégias digitais na área da saúde, Catalpa International, Timor-Leste, apresentará *‘O papel da tecnologia para lidar com a desinformação durante emergências de saúde pública: barreiras e oportunidades em Timor-Leste’*;
- **Joaquim dos Santos**, Deputado Parlamento Nacional de Timor-Leste, que apresentará sobre *‘Respostas Legislativas à COVID-19: exceção ou o “novo ordinário”*’;
- **Nelinho Vital**, Diretor Nacional do Ministério da Justiça, apresentará o tema *‘Restrição de direitos fundamentais em Timor-Leste’*.

Organização

Uma parceria da Network Timor - Lei & Justiça e PACED

O I Ciclo dos Seminários de Lei & Justiça é organizado pela Network Timor - Lei & Justiça, em parceria com o Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED).

A NetWork Timor - Lei e Justiça é uma organização não governamental, independente, sem fins lucrativos, que aposta na promoção da investigação jurídica e na partilha livre da informação e do conhecimento jurídico, tendo em vista contribuir para o fortalecimento do conhecimento e do pensamento jurídico, e do Direito aplicado ao contexto de desenvolvimento de Timor-Leste.

O PACED é um projeto que nasceu da parceria da União Europeia com os PALOP e Timor-Leste e que tem como objetivos a afirmação e consolidação do Estado de direito nestes países, assim como a prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular, o tráfico de estupefacientes. As suas atividades centram-se no reforço da capacidade institucional das autoridades competentes ao nível legislativo, executivo e

judiciário, promovendo o intercâmbio, a partilha de conhecimento e de boas práticas.

Edição especial *e-blj*

No final do I ciclo de Seminários Lei & Justiça, contando com a voluntariosa colaboração do PACED e de cada um dos participantes/oradores, será organizada uma edição especial do e-BLJ, com vista a partilhar as experiências, lições, medidas e propostas de solução retratadas, naquela que será a primeira edição aberta à diversidade e riqueza das dinâmicas geradas em torno da Lei & Justiça no espaço lusófono, aspirando a fornecer um contributo singular para a definição e formulação de políticas públicas com impacto na vida dos seus cidadãos, não só durante, mas sobretudo no período pós-pandemia, o qual se espera que não tarde a vir.

Nota biográfica dos participantes

Painel 1

Moderadora:

MARIA ÂNGELA GUTERRES VIEGAS CARRASCALÃO

É timorense e docente da Faculdade de Direito da Universidade Nacional Timor Lorosaé. Foi Ministra da Justiça entre 2017 e 2018, Vice-Presidente do Conselho Superior de Magistratura Judicial e Decana da Faculdade de Direito, entre 2013 e 2017. É Mestre em Direito e Doutoranda em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Oradores:

FIDELIS LEITE MAGALHÃES

É, desde junho de 2020, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e Porta-Voz do VIII Governo Constitucional, da República Democrática de Timor-Leste. Anteriormente, ocupou os cargos de Ministro da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares (de junho de 2018 a junho de 2020), de Ministro

Coordenador dos Assuntos Económicos, em exercício (de julho de 2019 a junho de 2020) e de Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, em exercício (de julho de 2019 a maio de 2020). De março de 2019 a abril de 2020, foi Presidente do Fórum Ásia-Pacífico para o Desenvolvimento Sustentável, do Conselho Económico e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico (UN-ESCAP). Na anterior legislatura foi membro do Parlamento Nacional, Chefe da Bancada Parlamentar do Partido da Libertação Popular (PLP) e Presidente da Comissão B do Parlamento Nacional. De 2012 a 2015, assumiu funções de Chefe da Casa Civil de S. Ex.a o Presidente da República, Taur Matan Ruak e de 2015 a 2017, de Assessor Pessoal e Político do Presidente da República (não residente).

Estudou na Harvard University, John F. Kennedy School of Government e na University of Hawaii-Manoa, nos Estados Unidos, na London School of Economics and Political Science, no Reino Unido e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, em Portugal.

JOSÉ PINA DELGADO

É Doutor em Direito Público (FDUNL), Professor de Teoria de Direito e Direito Público Instituto Superior de Ciências Jurídicas e

Sociais de Cabo Verde e Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional de Cabo Verde. É autor de várias obras no domínio do Direito Constitucional e do Direito Internacional em periódicos e obras da especialidade.

DIONÍSIO BABO SOARES

É Doutor em Antropologia e Sociologia e Mestre em estudos de desenvolvimento pela Universidade Nacional da Austrália (ANU). É membro do Congresso Nacional para a Reconstrução Timorense (CNRT) e tem uma vasta carreira política ao serviço do Estado. Assumiu diversos cargos no âmbito de sucessivos governos. De junho de 2018 a maio de 2020, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, no âmbito do VIII Governo Constitucional de Timor-Leste, tendo sido responsável pelo Plano de Contingência para fazer face à pandemia COVID-19. Anteriormente serviu como Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração Estatal e Justiça, Ministro da Administração Estatal e Ministro da Justiça.

ANTÓNIO DELICADO

É colaborador da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (Portugal) e investigador no projeto "Regras Comuns de Legística

nos Estados e Regiões Lusófonas" (Centro de Investigação de Direito Público - FDULisboa). Em 2005/2006, foi funcionário civil internacional da Organização das Nações Unidas, exercendo funções em Timor-Leste. Enquanto docente universitário lecionou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e no curso inaugural de Direito da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e. Tem lecionado nos cursos pós-graduados da Faculdade de Direito de Lisboa de Legística, Proteção de Dados e Defesa Nacional. Advogou e, no Ministério da Justiça, foi Consultor do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Adjunto da Ministra da Justiça (XV Governo), Coordenador para matérias penais (funções em que representou Portugal junto da ONU, da OCDE, do Conselho da Europa, da União Europeia e de outras organizações e diferentes países), no quadro da Presidência Portuguesa da União Europeia coordenou as negociações europeias em matéria de assuntos criminais, presidindo ao "Comité do Artigo Trinta e Seis" (comité coordenador da área da cooperação policial e judiciária da União Europeia) e ao Grupo Multidisciplinar sobre Criminalidade Organizada, ambos do Conselho da União Europeia. Mais recentemente, chefiou o Gabinete do Ministro da Justiça (XX Governo). Foi também Coordenador da Autoridade Central Portuguesa para o Rapto Internacional de Crianças, Membro do Grupo de Gestão da

Comissão para a Eficácia das Execuções e Adjunto do Ministro da Administração Interna (XIX Governo). É também formador e conferencista em Portugal e no estrangeiro.

HILÁRIO GARRIDO

É Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional de São Tomé e Príncipe, desde 2019. É licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Frequentou o Curso de Magistratura no CEJ, em 1995, tendo, a partir daí, feito carreira ao serviço da justiça em São Tomé e Príncipe. Desde 2016, é juiz jubilado. Participou e apresentou em diversos fóruns internacionais da especialidade, em particular nos países da CPLP. É autor do livro “*Reflexões Jurídicas: Direito e Política*”, uma publicação com dois volumes e cerca de 700 páginas.

JORGE MANUEL FERREIRA DA GRAÇA

É licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, Portugal, e mestre em políticas públicas e administração pelo Instituto de Estudos Sociais de Haia, Holanda.

Desde 2018, exerce funções de assessor junto da Presidência da República Democrática de Timor-Leste. Foi Presidente da

primeira Comissão para a Reforma Legislativa e do Sector da Justiça de Timor-Leste, no pedido de Dezembro de 2015 a Agosto de 2017, encontrando-se os seus trabalhos publicados no sítio www.crl.gov.tl. Está registado como advogado e é sócio fundador da sociedade de advogados JLA, Advogados e Consultores, com sede em Díli.

Exerceu, desde 1975, diversas funções de natureza política, administrativa e de aconselhamento jurídico e de desenvolvimento institucional, no âmbito dos processos de libertação e independência nacional e de formação e consolidação dos sistemas de governo e da justiça em Moçambique e em Timor- Leste.

NUNO CANAS MENDES

É professor associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e Presidente do Instituto do Oriente. É professor associado no ISCSPULisboa. Doutor em Relações Internacionais, tem desenvolvido investigação sobre nacionalismo, *State-building* e política externa de Timor-Leste.

NUNO PEREIRA RIBEIRO COELHO

É Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa, Portugal. É Licenciado em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Mestre em “*Novas Fronteiras do Direito*” (Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa) e Doutorando do programa de doutoramento “*Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI*”, na Universidade de Coimbra. É Presidente Honorário da União Internacional dos Juizes de Língua Portuguesa (UIJLP) e foi vice-presidente da associação dos juizes portugueses. Membro do Conselho Consultivo da International Association for Court Administration (IACA). Foi também diretor da revista “*Sub Judice – Justiça e Sociedade*” e coordenou o projeto do portal “*Direitos e Deveres do Cidadão*”, para a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

É consultor Científico do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED), no âmbito do 10.o Programa de Financiamento da União Europeia, com gestão delegada do Camões, Instituto da Cooperação Portuguesa, onde desenvolve e executa inúmeras atividades em torno das políticas criminais, das reformas criminais, da formação e capacitação das instituições judiciais e de investigação judiciária e da cooperação internacional.

Participou em inúmeros estudos e projetos de política legislativa e judiciária. Organizou e coordenou diversos cursos e seminários na área da governação e gestão do sistema judicial em Portugal e no estrangeiro.

Colabora assiduamente na formação judiciária e na formação académica. Viu serem publicados diversos estudos, artigos e decisões em livros, revistas e periódicos de cariz judiciário e jurídico.

RICARDO SOUSA E CUNHA

É Doutor em Direito Público, Docente do ensino superior, professor-visitante da Universidade Nacional de Timor-Leste, Autor e Investigador. Foi consultor de S.Exa, o Presidente da República Democrática de Timor-Leste.

SÓNIA RODRIGUES

Mestre em Direito Público, é coordenadora do Observatório da Legislação Portuguesa, NOVA School of Law, Lisboa. Desde 2019, é assessora junto do Gabinete do Vice-Presidente do Tribunal Constitucional Português. É investigadora junto do Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e

Sociedade (CEDIS). Integra a equipa de investigação do projeto 'As regras de *legística nos países lusófonos*' do ICJP-CIDP, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É membro da *International Association of Legislation* e autora de diversos artigos e publicações.

Painel 2

Moderador:

JOÃO PEDRO CAMPOS

Coordenador-Geral do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED), financiado pela União Europeia e cofinanciado e gerido pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., com um orçamento global de 8,4 milhões de euros, tem mais de 10 anos de experiência na área da Cooperação para o Desenvolvimento, tendo desenvolvido a sua atividade em diversos projetos nos PALOP e em Timor-Leste e participando em consultorias internacionais no âmbito da atuação de diferentes organizações (UNOGBIS, PNUD, UEMOA, UE).

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, possui especialização em Direito Internacional Público e pós-graduações nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e em Direitos Humanos, Operações de Paz e Ação Humanitária.

Lecionou durante vários anos na Faculdade de Direito de Bissau e na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Em Timor-Leste, e no âmbito do Programa de Justiça da União Europeia, Programa de Cooperação Delegada da União Europeia em Portugal, através do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. foi assessor jurídico na Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação do Ministério da Justiça da República Democrática de Timor-Leste.

Foi ponto focal do Ministério da Justiça da República Portuguesa na Rede Judiciária da CPLP e esteve diretamente envolvido na organização da XIII e da XIV Conferências dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Participou em diversas conferências nacionais e internacionais e é autor de diversos artigos e publicações, em língua portuguesa e em língua inglesa.

Oradores:

CLÁUDIO XIMENES

Nascido a 22 de Julho de 1950, em Timor-Leste, é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, Portugal (1975 a 1980).

Tem uma vasta carreira como juiz de direito em Portugal e em Timor-Leste. Em Portugal, após ter concluído o curso de juiz do Centro de Estudos Judiciários, em 1981, iniciou a sua carreira de juiz de direito em vários tribunais de comarca (Fevereiro de 1983 a Agosto de 2002). Foi ainda Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa, entre Setembro de 2002 e Julho de 2020. Desde julho, é Juiz Desembargador Jubilado. Em Timor-Leste, exerceu funções como Juiz no período de 2000 a 2014, tendo ajudado a edificar o sistema judicial. Aí, foi Juiz do Tribunal de Recurso de Timor-Leste, de 2000 a 2002 (período da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste – UNTAET). Exerceu funções como Presidente do Tribunal de Recurso de Timor-Leste – por nomeação do Presidente da República, para mandatos de 4 anos, no período de Maio de 2003 a Fevereiro de 2014.

JOANA MARQUES VIDAL

Nasceu em 1955, em Coimbra. Magistrada do Ministério Público, é Procuradora-Geral Adjunta. Em 20 de novembro de 2018 iniciou funções como representante do Procurador-Geral da República no Tribunal Constitucional. Entre 2012 e 2018 desempenhou o cargo de Procuradora-Geral da República.

É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, (1973/1978). Frequentou o 1º Curso de Pós-Graduação de Proteção de Menores, Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho, do Centro de Direito da Família, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e o Curso de Pós-Graduação “Jornalismo Judiciário” da Universidade Lusófona de Lisboa.

Foi Representante do Ministério Público não Magistrada em Penela. Magistrada do Ministério Público, desde 1979, estagiou nas comarcas de Coimbra, Lousã e Arganil. Enquanto Delegada do Procurador da República (cargo agora denominado Procurador Adjunto) exerceu funções em Vila Viçosa, Seixal e Cascais. Enquanto Magistrada do Ministério Público de Cascais foi a 1ª Presidente da Comissão de Proteção de Menores de Cascais. Foi promovida a Procuradora da República em janeiro de 1994, sendo colocada no círculo de Lisboa, onde assumiu, numa primeira fase, a coordenação dos Tribunais de Família, de Menores, do Tribunal de Execução de Penas e do Tribunal de

Pequena Instância Criminal, tendo assumido de seguida as funções de Procuradora da República Coordenadora dos Magistrados do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores de Lisboa, até 2002.

Entre outubro de 2002 e outubro de 2004, desempenhou funções de Directora-Adjunta do Centro de Estudos Judiciários.

Foi promovida a Procuradora-Geral Adjunta em 21 de junho de 2004. Enquanto Procuradora-Geral Adjunta exerceu funções, como Auditora Jurídica do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores e, em acumulação, Ministério Público no Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores, em Ponta Delgada e Coordenadora do Ministério Público na Jurisdição de Família e Menores na Região Autónoma dos Açores.

Foi vogal, como membro eleito, do Conselho Superior do Ministério Público. Exerceu funções de docente, a tempo parcial, na área de Família e Menores no Centro de Estudos Judiciários, durante três anos.

Participou em diversas comissões legislativas no âmbito do Direito da Família e dos Menores, destacando-se a participação como membro da comissão legislativa para a redacção da Lei

Tutelar Educativa e como membro da comissão que procedeu às alterações da Legislação da Adoção em 2003.

Tem participado, como oradora, em diversos cursos de pós-graduação e mestrados, designadamente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Direito da Universidade Católica, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, da Escola de Direito da Universidade do Minho, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, do ISCTE, da Universidade dos Açores, do Observatório Permanente da Justiça, do Instituto de Estudos da Criança e do Instituto Português de Mediação Familiar.

Tem diversas participações, como oradora, em conferências, seminários e colóquios sobre temáticas das áreas da infância e da juventude, das vítimas de crime, da violência doméstica, da formação de magistrados e do Estatuto do Ministério Público, bem como relativas à corrupção e à criminalidade económico-financeira e outras áreas do direito; possui diversos artigos publicados em revistas da especialidade.

Foi Presidente da Direção da APAV-Associação Portuguesa de Apoio à Vítima desde janeiro de 2007 até outubro de 2012.

Foi Vice-Presidente da Direcção da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família – Crescer Ser até outubro de 2012.

Foi membro da Direcção e Presidente da Assembleia-Geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Em outubro de 2018, foi agraciada pelo Presidente da República Portuguesa com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

JOÃO ARSÉNIO OLIVEIRA

É Mestre e Licenciado em Direito Pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É atualmente Coordenador de Assuntos Europeus e Diretor de Serviços de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça de Portugal. Desempenhou anteriormente as funções de Subdiretor do Gabinete de Relações Internacionais e de Consultor de Política Legislativa. Entre outras atividades profissionais, foi assessor jurídico do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros do XXIII Governo Constitucional. É Presidente do Comité Diretor de Cooperação Jurídica do Conselho da Europa, presidente do Grupo de Trabalho sobre Qualidade da Justiça da mesma instituição e Secretário-Geral Adjunto da Conferência dos

Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Tem vários artigos publicados sobre questões jurídicas.

JOSÉ MOURAZ LOPES

É licenciado em Direito, pós Graduado em Direito Penal Económico e Europeu, Mestre em Ciências Jurídico Criminais e Doutor em Direito. Entre 2002 e 2004, foi docente da área Penal do Centro de Estudos Judiciários. Foi Diretor Nacional Adjunto da Policia Judiciária - Direcção Central do Combate à Corrupção e à Criminalidade Económica e Financeira (2004-2006). Foi Perito do Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO), do Conselho da Europa, tendo efetuado avaliações à Suíça e Bélgica. Foi também Perito do Conselho da Europa no âmbito dos programas de cooperação judiciária com os Países da Europa Oriental (1996-1997). Assumiu funções como Investigador/avaliador no projeto de «Avaliação da Cooperação Portuguesa no Sector da Justiça (2000-2009) aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa» do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente é consultor científico no Projeto PACED. É também autor de várias obras no âmbito do processo penal, corrupção, gestão e organização judiciária e criminalidade sexual.

PEDRO DIAS VENÂNCIO

Doutorado em Ciências Jurídico Privatísticas, pela Escola de Direito da Universidade do Minho, Portugal, tendo defendido tese sob o tema “*A Tutela Jurídica dos Formatos de Ficheiro Eletrónico*”. É mestre em Direito Comercial, pela Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, tendo defendido dissertação de mestrado sobre o tema “*O Direito Especial do Fabricante de Bases de Dados*”. É licenciado em Direito pela Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa.

Exerce funções como docente convidado, equiparado a Professor Adjunto a tempo integral, no Instituto Politécnico do Porto, Portugal, e como docente convidado, equiparado a Professor Auxiliar a tempo parcial, na Universidade do Minho, Portugal. É ainda investigador convidado no JUSGOV - Centro de Investigação em Justiça e Governação, Escola de Direito, Universidade do Minho, Portugal, e investigador convidado no CIICESI - Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico do Porto, Portugal. Tem vários livros e artigos publicados, essencialmente na área do direito da sociedade da informação.

Foi Assessor Jurídico Internacional do Gabinete do Ministro de Estado Coordenador dos Assuntos Económicos Gabinete e do Ministro de Estado e Ministro da Agricultura e Pescas dos VI e VII Governos Constitucionais da República Democrática de Timor-Leste, tendo estado envolvido na reforma da legislação comercial e societária de Timor-Leste com destaque para a redação final do projeto de lei que veria a resultar na Nova Lei das Sociedades Comerciais de Timor-Leste.

Exerceu atividade de advocacia entre 1999 e 2015.

SUSANA ANTAS VIDEIRA

É Licenciada, Mestre e Doutora em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), na menção de ciências Histórico-Jurídicas. É Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa, com atribuição de regências. Exerce, também, as funções de Subdiretora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, integrando o Conselho Académico e o Conselho de Gestão da mesma Faculdade. É, ainda, Investigadora Integrada do Centro de Investigação em Teoria e História do Direito da Universidade de Lisboa (ThD-ULisboa), Unidade de Investigação e Desenvolvimento (I&D) nas

áreas científicas do Direito, Filosofia e História, criada em 2013. Neste Centro de Investigação assegura a coordenação da Linha Temática “Metamorfoses do Poder: Perspectivas Históricas da Conformação Jurídica de Paradigmas Políticos”. É Investigadora Colaboradora do CEJEA – Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais da Universidade Lusíada; Vice-Presidente do Instituto de História e do Pensamento Político e Membro da Rede Internacional de Investigadores em Direito e Justiça (RIIDJ). É Consultora jurídica da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, Vice-Presidente do Instituto de História do Direito e do Pensamento Político da FDUL e autora de mais de uma dezena de publicações nas áreas da História do Pensamento Jurídico, da História, Teoria e Filosofia do Direito e do Estado, da História do Direito, do Direito Civil e Processual Civil e do Direito da Educação. Neste último ramo, colaborou com o *European Journal for Education Law and Policy* (editor, Kluwer Law).

Painel 3

Moderadora:

PATRÍCIA COUTINHO

É advogada com experiência relevante em reformas legais, direitos humanos, justiça e cooperação internacional. Desde 2009, é jurista do Ministério da Justiça de Portugal. Entre 2010 e 2018, foi assessora jurídica do Ministério da Justiça de Timor-Leste, no âmbito do Programa da Cooperação Portuguesa para o Fortalecimento do Setor da Justiça. Durante este período, trabalhou extensivamente em atividades de redação legislativa, cobrindo uma ampla gama de matérias, incluindo acesso à justiça, justiça juvenil, direitos da criança, combate ao tráfico de pessoas, direitos à terra e à propriedade e cooperação judicial. Também esteve profundamente envolvida na reforma legal do sistema judiciário, incluindo o sistema prisional. Além disso, participou e prestou assistência a inúmeras atividades de cooperação internacional na área da justiça, principalmente com os países de língua portuguesa. Apoiou, também, relevantes processos no âmbito dos mecanismos de monitorização dos Direitos Humanos das Nações Unidas, tendo ainda integrado a delegação de Timor-Leste para a apresentação do II Relatório no

âmbito da Revisão Periódica Universal, junto do Conselho dos Direitos Humanos, em Genebra, em 2016.

É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e possui mestrado em Justiça de Transição, Direitos Humanos e Estado de Direito (*Magna cum Laude*, 2019) pela Universidade de Genebra e pelo *Graduate Institute of International and Development Studies*, Genebra, Suíça.

Recentemente, colaborou, como assistente de pesquisa, com o *Expert Working Group on Reparations*, no âmbito da preparação do relatório sobre reparações domésticas do *Special Rapporteur on the Promotion of Truth, Justice, Reparation, and Guarantees of Non-Recurrence* das Nações Unidas.

É cofundadora da Network - Law & Justice, uma organização independente e sem fins lucrativos, dedicada à promoção do conhecimento jurídico em Timor-Leste, e é membro do conselho editorial do primeiro periódico de natureza jurídica em Timor-Leste - o e -BLJ.

Oradores:

MÓNICA FERRO

Mónica Ferro é diretora do escritório do Fundo das Nações Unidas para a População em Genebra, trazendo para o lugar mais de 20 anos de docência universitária e investigação na área das Nações Unidas, Desenvolvimento e Direitos Humanos. Monica Ferro foi deputada na Assembleia da República de Portugal onde exerceu o cargo de Presidente do Grupo Parlamentar para a População e Desenvolvimento. Foi também Vice-Presidente do Fórum Europeu de Parlamentares para a População e Desenvolvimento e Secretária de Estado Adjunta para a Defesa Nacional.

Comentadora televisiva de Política Internacional, publicou vários artigos sobre Direitos Humanos, Igualdade de Género e Cooperação para o Desenvolvimento.

ANA RODRIGUES

Tem atividade profissional e académica na proteção e promoção de Direitos Humanos e reforço dos mecanismos do Estado de Direito, tendo trabalhado em Portugal, Bélgica, Guiné-Bissau e Timor-Leste.

É consultora internacional em matéria de Direitos Humanos, migrações, igualdade, justiça e boa governação, tendo colaborado em trabalhos comissionados, designadamente, pelo Parlamento Europeu, Instituto Europeu para a Igualdade de Género, UNICEF ou Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Nesse âmbito, foi a perita nacional designada para um estudo a nível europeu sobre a adesão da União Europeia à Convenção de Istambul, bem como para um estudo sobre violência contra parceiros/as íntimos/as e homicídios de mulheres com base no género.

É também docente universitária, na Escola de Direito da Universidade do Minho, e investigadora do Centro de Investigação em Justiça e Governação da mesma Universidade. Nessa qualidade, participa regularmente em conferências nacionais e internacionais e publica na sua área de especialidade.

É atualmente, e desde 2015, consultora jurídica da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, dando pareceres sobre a conformidade do desenvolvimento da acção social com os direitos fundamentais.

Integra a bolsa de peritos independentes do Departamento da Carta Social Europeia, no âmbito do Conselho da Europa, e é membro do Fórum Consultivo do Gabinete Europeu de Apoio em

matéria de Asilo, bem como da Comissão Executiva da Plataforma de Apoio aos Refugiados.

Foi, entre outras coisas, docente convidada na Universidade Nacional Timor-Lorosa'e, assessora do Provedor de Direitos Humanos e Justiça de Timor-Leste e perita internacional do PNUD para a área da Justiça, tendo ainda integrado a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

ARIANA SIMÕES DE ALMEIDA

É uma empreendedora social com perfil multi-sectorial e mais de 13 anos de experiência a lutar contra desigualdades sociais (na Europa, América, Ásia e África) com especial foco em igualdade de género, empoderamento económico e inclusão.

Além de trabalhar com organizações e agências reconhecidas nesta área (UN Women, UNICEF, UNDP, UNFPA, Save the Children, Plan International) Ariana co-fundou em Timor-Leste uma ONG de luta contra a pobreza e promoção da igualdade — Empreza Di'ak — que recebeu do Presidente de Timor-Leste o Prémio de Direitos Humanos Sergio Vieira de Mello (2014). Esta diversidade de experiências permite-lhe trazer uma perspectiva

prática e operacional única a discussões e implementação de projectos e políticas.

Em 2018 Ariana regressou a Portugal, de onde trabalha como perita para projectos de desenvolvimento internacional. O seu trabalho inclui o desenho de iniciativas (como no programa global *Spotlight*, financiado pela União Europeia e implementado pela ONU para a Eliminação de Violência contra Mulheres e Jovens - *Spotlight Initiative Timor-Leste*), mas também a coordenação de equipas para implementação de projectos internacionais (como no *Spotlight Initiative Tajiquistão*) e para garantir a integração de considerações de género (como especialista da *Plan International*, no âmbito do programa *Innovation to Inclusion*, financiado pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido), realizando ainda monitorização e avaliação de projectos, e levando a cabo acções de formação e mentoria para organizações nacionais.

BERTA MONTALVÃO

É Senior Managing Partner da FORSAE e Vice-presidente da FME - Federação das Mulheres Empresárias e Empreendedoras da CPLP.

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos pelo ISCTE, e com um Programa de Executivos em Gestão pelo INDEG, tem mais de 15 anos de experiência. Tem desenvolvido carreira nas áreas de Consultoria e Direção de Recursos Humanos, em vários países, incluindo em Portugal, Angola, Moçambique, África do Sul, Brasil, Quénia, Luxemburgo, Dinamarca, Austrália e Timor-Leste.

O seu percurso profissional tem sido desenvolvido em diferentes setores de atividade tais como *Oil & Gas*, Banca, Construção, Transportes e Telecomunicações.

Em Outubro de 2018 mudou-se para Timor-Leste, onde criou a FORSAE – Growing Value, uma empresa de consultoria na área de Gestão de Recursos Humanos e Comunicação.

Desde Novembro de 2019 representa Timor-Leste na qualidade de Vice-Presidente da Federação das Mulheres Empresárias e Empreendedoras da CPLP (FME-CPLP). Recentemente, no âmbito da pandemia, foi convidada pelo Primeiro-Ministro de Timor-Leste para fazer parte da Comissão para a Elaboração do Plano de Recuperação Económica pós-Covid.

CARMELITA PIRES

É advogada e formadora em Liderança Feminina. É consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e

da UNIOGBIS (Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau), onde tem desenvolvido inúmeros trabalhos de relevo, incluindo: *“Análise do Género e Advocacia no Processo da Revisão Constitucional da Guiné-Bissau”*; a Avaliação Externa Final do Projeto *“Fortalecimento da Confiança Pública no Sistema de Justiça”*; o Workshop sobre Reforma do Setor da Justiça; Estatutos e legalização do Consórcio de Média na Guiné-Bissau; Estudo *“Direito dos Media na Guiné-Bissau”* e proposta de duas leis (Carteira Profissional de Jornalistas e Comunicação Online); Formulação do *“Plano Estratégico do Sistema Penitenciário da Guiné-Bissau - 2016/2021”*.

Foi Ministra da Justiça, nos períodos de 2007 a 2009 e 2014 a 2015. Teve um papel preponderante em diversos projetos de importância fundamental para o sistema de justiça na Guiné Bissau, incluindo: a *‘Validação do Programa de Reforma da Justiça (PMRJ – 2015/2019)’*; a execução de políticas do sector (Infraestruturas – Palácio da Justiça, Prisões de Bafatá e Mansoa, Tribunais de Sector de Mansoa e Canchungo; Capacitação Recursos Humanos, Identificação Civil, Registos e Notariado, Polícia Criminal e Legislação); a criação dos Centros de Acesso à Justiça (CAJ), do Tribunal Comercial; e a criação e consolidação

da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Trabalhou no âmbito da Implementação de Projetos em acordos e parcerias (EU, PNUD, UNICEF, CEDEAO, UEMOA, OHADA, GIABA, CPLP, Conselho dos Direitos Humanos).

Foi Conselheira Especial do Presidente da CEDEAO (Comunidade dos Estados da África Ocidental), onde prestou aconselhamento e orientação técnica na implementação da Declaração Política, e do Plano Operativo 2009-2012 contra o Tráfico Ilícito de Drogas e Crimes Conexos na África Ocidental. Abuja, Nigéria.

Foi também Conselheira do Primeiro-Ministro para a Reforma da Defesa e Segurança, Combate ao Narcotráfico e Assuntos Jurídicos. Bissau, Guiné-Bissau.

Foi ainda Diretora do Gabinete de Assistência à Mulher e à Criança da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Delegada da Amnistia Internacional e Diretora Adjunta do Gabinete de Estudos, Legislação e Documentação do Ministério da Justiça.

MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES

É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, doutorada e agregada em Economia pela Faculdade de Economia da mesma universidade. Desde 2003, é Professora Catedrática da Faculdade de Economia da Universidade de

Coimbra e Investigadora Permanente no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É autora e coautora de diferentes livros e artigos sobre Regulação Pública, Direito da Concorrência e Serviços Público.

Entre 2015 e 2019, foi Deputada à Assembleia da República. No mesmo período, foi ministra da Presidência e da Modernização Administrativa do governo português. Foi também secretária de Estado da Modernização Administrativa dos XVIII e XVII Governos Constitucionais (2007–2011).

No âmbito das funções desempenhadas junto de instituições da União Europeia, foi Membro do Grupo de Alto Nível sobre os Encargos Administrativos (Comissão Europeia) entre 2013-2014; e, em 2002, foi Perita da Comissão Europeia para elaboração de um Relatório sobre o Ensino Superior em Angola e Moçambique no âmbito do Programa-Quadro de Cooperação para o Ensino Superior UE-ACP.

Em 2019 foi eleita deputada ao Parlamento Europeu para a 9.^a legislatura (2019-2024). No âmbito das suas atividades parlamentares, destacam-se os contributos para os debates em sessão plenária em matéria dos Direitos da Mulher e da igualdade de género, incluindo sobre *‘Mulheres na tomada de decisão em conselhos de administração de empresas, incluindo o ponto da*

situação sobre a diretiva relativa à melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres no cargo de administrador não-executivo das empresas cotadas em bolsa e a outras medidas conexas, a *'Estratégia para a igualdade de género*', ou ainda, o relatório *'Colmatar o fosso digital entre homens e mulheres: participação das mulheres na economia digital*'. Integra, ainda, a Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (FEMM).

Em 2000, foi condecorada Comendadora da Ordem da Instrução Pública, atribuída pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.

NURIMA ALKATIRI

É licenciada em Ciências Ambientais pela Charles Darwin University, Australia, com Pós-Graduação em Ciências Sociais, Gestão Ambiental e Urbana Internacional, pela RMIT University, Melbourne, Australia.

Desde julho de 2020, é assessora política e para a comunicação junto do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Plano e Ordenamento.

Entre 2018 e 2020, foi Presidente do Conselho de Administração da Pro-EMA (*Pro Bono*), uma organização sem fins lucrativos

dedicada à promoção do empoderamento de mulheres adolescentes, em Timor-Leste.

Foi assessora política da Bancada Parlamentar da FRETILIN, no Parlamento Nacional, entre agosto de 2018 e junho de 2020. Entre setembro de 2017 e junho de 2018, foi membro do Parlamento Nacional, pela Bancada da FRETILIN, tendo assumido o cargo de Secretária da Comissão C e Vice-Presidente do Grupo das Mulheres Parlamentares.

Entre 2012 e 2015, foi Coordenadora Sênior e Ponto Focal para Assuntos de Género e Eliminação de Violência contra a Mulher, junto da Embaixada da Austrália. Entre 2009 e 2010, foi gestora do '*National Adaptation Programme of Action (NAPA) for Climate Change in Timor-Leste*', um projeto da UNDP e da Secretaria de Estado do Ambiente de Timor-Leste.

Participou e apresentou em diversas conferências e seminários internacionais, em particular sobre o tema da igualdade de género em Timor-Leste. Em 2018, participou, como oradora convidada, no *Political Feminism Lab 3*, Friedrich-Ebert-Stiftung. Em 2017, publicou o artigo '*Gender Inequality in Timor-Leste: the need for investment towards change of mindset*', pela SocDem Asia Quarterly.

NZIRA SOFIA RAZÃO DEUS

Desde 2015, é Directora Executiva do Fórum Mulher, uma rede de organizações da sociedade civil de defesa dos direitos humanos das mulheres e promoção da igualdade de género em Moçambique. É ainda Coordenadora Nacional da Marcha Mundial das Mulheres, um movimento feminista internacional que iniciou em 2000 e tem representações em mais de 70 países do mundo. É fundadora do Movimento das Jovens feministas (*Movfemme*), 2008.

Em 2018, foi Coordenadora do Grupo de Trabalho de Jovens do Mecanismo da Sociedade Civil (CSM) para articulação com Comissão das Nações Unidas para a Segurança Alimentar (CFS).

É licenciada em Relações Internacionais e Diplomacia e Mestre em Empoderamento e Liderança de Projetos na perspetiva do Género. Tem ainda especialização em Desenvolvimento local e territorial pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tem expertise em direitos humanos das mulheres, género e desenvolvimento, análise de políticas públicas, integração de género em diferentes domínios, mulher, economia e participação económica, pesquisa e estudos de desenvolvimento, desenvolvimento rural e reforma agrária, *lobby* e advocacia para políticas públicas.

Entre os trabalhos de pesquisa mais relevantes em que participou, destacam-se: a coordenação do *‘Estudo sobre direitos das mulheres no contexto da pluridade de direitos em Moçambique’* (2013); Pesquisa e ação regional apoiada pela *International Land Coalition* (ILC) e PLAAS sob o tema “Acesso e controle de terra pelas mulheres no contexto das políticas neoliberais e igualdade de género”; coordenação da pesquisa sobre “*Tradição e Cultura nos programas de Desenvolvimento*” no Fórum Mulher; pesquisa sob “*Boas práticas comunitárias no acolhimento as crianças órfãs e vulneráveis vítimas de HIV/AIDS*” pela *Save the Children*, Norway. Tem participado ativamente em inúmeros seminários e conferências nacionais e internacionais dedicadas à promoção da agenda da igualdade de género e dos Direitos da Mulher.

SANDRA RIBEIRO

Sandra Ribeiro é presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) desde outubro de 2020. Foi Diretora Geral na Direção-Geral do Emprego e das Relações Profissionais entre 2018 e 2020. Entre 2017 e 2018 foi Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social do XXI Governo Constitucional. Foi Presidente da Comissão para a

Igualdade no Trabalho e no Emprego entre 2010 e 2014. Desenvolveu atividade em Grupos de Trabalho Internacionais na área da igualdade de género, e fez parte do Executive Board da Rede EQUINET, em 2014. Iniciou a sua atividade profissional como advogada na área do Direito Laboral. É licenciada em Direito, com Pós-graduação em Direito do Trabalho e Técnicas de Legislação.

VASCO MALTA

É licenciado em Direito e L.LM em Direito Europeu em Contexto Global, pela Católica School of Law. Foi advogado desde 2005 e iniciou o seu trabalho na área dos Direitos Humanos no Alto Comissariado para as Migrações e o Diálogo Intercultural, em Portugal, em 2009. Foi também responsável jurídico da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial e fez parte da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Foi nomeado, pelo Governo Português, em 2009 como Oficial Nacional de Ligação para a Agência Europeia dos Direitos Fundamentais da União Europeia e, desde 2014 até 2018, trabalhou na Agência como Perito Nacional destacado, coordenando, entre outros, a rede de Oficiais de Ligação Nacional da EU junto da Agência, a rede EU dos Pontos Focais dos Parlamentos Nacionais, o projeto EU Working Party on Hate Crime e foi ainda responsável pela

cooperação entre a Agência e as redes de profissionais da justiça da UE. Em fevereiro de 2018 foi designado Adjunto do Senhor Alto Comissário para as Migrações, sendo que assumiu funções, em Março 2019 como Diretor para as Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes do Alto Comissariado para as Migrações. Em novembro de 2019 foi nomeado Adjunto do Ministro da Administração Interna, para as áreas das migrações, refugiados, tráfico de seres humanos e violência doméstica e foi designado como Conselheiro na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial em representação do Ministério da Administração Interna. Em Novembro 2020, depois de um processo de seleção internacional, foi escolhido como Chefe de Missão da Organização Internacional das Migrações (IOM) (Agência das Migrações das Nações Unidas) em Portugal. É frequentemente orador convidado em diversas conferências nacionais e internacionais.

Painel 4

Moderadora:

HELENA BASÍLIA M. M. DIAS XIMENES

É licenciada em Direito pela Universidade Nacional de Timor-Leste. Desde 2018, é mestranda em Direito dos Contratos e da Empresa na Universidade do Minho, em Braga, Portugal. Foi Secretária Executiva de S. E. Ministra da Justiça, Dra. Ângela Carrascalão, do VII Governo Constitucional de Timor-Leste, entre 2017 e 2018. Entre fevereiro de 2018 e setembro de 2018, foi Professora Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Recentemente publicou um artigo sobre "Assédio Moral (Mobbing) no Ordenamento Jurídico de Timor-Leste, no *e-blj*. Integra o grupo de fundadores da Network Timor-Lei & justiça.

Oradores:

JOSÉ TELO

É Provedor Adjunto para a Boa Governação, tendo assumido o cargo em 06 de agosto de 2020. É formado em Administração

Pública, pela Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Nacional de Timor-Leste. Previamente, ocupou por 5 anos, o cargo de Comissário da Comissão da Função Pública, responsável pela área de formação, planeamento da força de trabalho e base de dados da Função Pública. De setembro de 2012 até julho de 2015, foi assessor junto do Ministério da Defesa e Segurança nas áreas de monitorização e avaliação. Anteriormente prestou assistência técnica nas áreas de administração e planeamento na Secretaria de Estado dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional, durante 4 anos. Prestou também serviços ligado a áreas de gestão e administração desde 2003 para várias entidades como CONCERN Timor-Leste (Delegação de Manufahi) e Christian Children Fund's Timor-Leste, entre outras.

BERTA ANTONIETA

É licenciada em Economia e Estudos Internacionais pelo Luther College, Estados Unidos. Estudou também no Li Po Chun United World College de Hong Kong (International Baccalaureate).

Foi investigadora na *La'o Hamutuk*, onde desenvolveu pesquisas de relevo sobre direitos humanos, educação, género, finanças públicas e economia em Timor-Leste. É autora de duas

publicações da *La'ó Hamutuk*, a primeira sobre '*Planeamento Familiar em Timor-Leste*', e a segunda sobre '*Economia e Educação*'. Elaborou diversas análises sobre o Orçamento do Estado e sua interseção com políticas de género e direitos humanos. Liderou ainda a equipa de angariação de fundos, organização de eventos e publicidade.

Representou Timor-Leste na Conferência Beijing +25 na Tailândia e produziu um artigo de opinião: "*How to create an economy that cares for women and the environment?*". É autora do artigo "*Women in Timor-Leste*", recentemente publicado na revista alemã *Asienhaus*. Participou nos trabalhos de pesquisa qualitativa com uma equipa de académicos selecionados pela IWDA em colaboração com a Dra. Sara Niner, Deborah Cummins e Therese Tam sobre as '*Percepções públicas da liderança política das mulheres em Timor-Leste*'.

Organizou a marcha de greve climática e os 20 anos do referendo (classificado como evento internacional).

É fundadora do *Grupu Feminista* em Timor-Leste, através do qual iniciou um grupo de discussão feminista usando principalmente campanhas nos media social. A página Feminismo iha Timor, conta hoje com uma rede de 450 associados e mais de 8000 seguidores. Organizou discussões públicas sobre questões de

género, acesso ao planeamento familiar, violência de género e direitos humanos. Organizou eventos de angariação de fundos para grupos de mulheres vulneráveis, em especial mulheres com deficiência. Organizou, ainda, com sucesso, um movimento para a remoção de um vídeo sexista feito pela página da embaixada dos EUA no Facebook.

Organizou e colaborou com a artista local **Buibere nia Riska** para criar um mural feminista em Díli com uma mensagem para acabar com a violência contra as mulheres. Colaborou com o *Movimentu Letras* para a produção do primeiro manifesto feminista em Timor-Leste.

DINORAH GRANADEIRO

É Comissária dos Direitos da Criança de Timor-Leste. Foi diretora da *Rede Feto* e diretora executiva da FONGTIL, Timor-Leste. Tem uma longa carreira como ativista e defensora dos direitos da mulher e dos direitos humanos em Timor-Leste, destacando-se a sua viva voz e o seu contributo no reforço, empoderamento e promoção da participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão política em Timor-Leste. Participou em inúmeras conferências e atividades, a nível nacional e

internacional, debatendo-se, sempre, pela defesa da igualdade de género e dos direitos humanos.

GABRIELA LEITE-SOARES

É especialista no desenvolvimento de estratégias de promoção da igualdade de género digital, liderando, desde 2015, a unidade de desenvolvimento de portfólios digitais na área da saúde, na Catalpa International, Timor-Leste. Um dos programas por si administrado é o “*Liga Inan*”, o primeiro programa *mHealth* (saúde móvel) em Timor-Leste, que tem por objetivo reduzir a mortalidade materna e infantil em Timor-Leste, fortalecendo o confiança e envolvimento entre profissionais de saúde e futuros pais.

No âmbito do combate à propagação da pandemia, tem trabalhado em estreita colaboração com o Ministério da Saúde e outras organizações de saúde em Timor-Leste, no domínio das comunicações de risco e do envolvimento da comunidade para disseminar mensagens de saúde confiáveis e oportunas para o público, tendo em vista reduzir a propagação da COVID-19, bem como combater a desinformação relacionada com o vírus.

Anteriormente, trabalhou no escritório de Género e Desenvolvimento da UNICEF em Nova York e no Grupo do Banco

Mundial em Díli, Timor-Leste e Washington DC. É apaixonada pelo tópico da redução da divisão digital de género, defendendo a qualidade do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva para todos, e pugnando pelo fim da violência de género.

Foi bolsista da Fulbright e tem mestrado em Administração Pública (MPA) pela Cornell University em Ithaca, Nova York.

JOAQUIM DOS SANTOS BORALULI

Deputado junto Parlamento Nacional de Timor-Leste, nasceu em Viqueque, em 1961. É licenciado em filosofia e teologia. Desde 2012, é Docente de Filosofia na UNTL, lecionando também na UNITAL desde 2013, e no Instituto de Ciências da Saúde (ICS) desde 2016.

No período de Resistência da Libertação Nacional, foi membro da RENETIL, desde 1988, e secretário da Zona 8 de Agosto da Região - II, sub-região Sul - Viqueque (1996-2000). Integra o quadro e é membro da Comissão Nacional de Jurisdição do partido político FRETILIN.

Como Deputado, exerceu diversos cargos e funções, nomeadamente: integrou o Conselho Nacional na administração transitória, UNTAET (1999-2000); foi membro Assembleia

Constituinte da bancada FRETILIN (2001- 2002); na I legislatura, em 2002-2007, foi membro da Comissão A; na II legislatura, em 2007-2012, foi membro da Comissão D; na III legislatura, em 2012-2016, foi membro da Comissão D, e membro da Comissão A em 2016-2017; na IV legislatura, em 2017-2018, foi membro da Comissão A; na V legislatura, em 2018-2023, foi membro da Comissão A; desde 2019, é Presidente da Comissão A. Presidiu, ainda, à Comissão Eventual para legislação dos assuntos dos combatentes da libertação nacional em 2003-2005 (I Legislatura). Foi ainda membro da Comissão Eventual para a recolha e análise de consensuais para o OGE'2017. Foi membro da Comissão de Inquérito Parlamentar, em 2018. Foi também membro da Comissão Eventual para análise documental da UNTAET sobre a crise política em 2006.

Participou e apresentou, como orador, em diversos seminários, incluindo sobre a interpretação do processo legislativo do Orçamento Geral do Estado em Timor-Leste (UNITAL 2018), o papel da juventude na luta contra corrupção (UNITAL 2020); as competências dos parlamentares na implementação da lei sobre medidas de prevenção e luta contra corrupção (IRI-Dili Agosto 2020); ou sobre elementos para contribuição do plano estratégico nacional da CAC na implementação da lei sobre medidas de prevenção e luta contra corrupção (CAC-Dili Setembro 2020).

NELINHO VITAL

É Diretor Nacional do Ministério da Justiça de Timor-Leste, desde 2011, onde tem a responsabilidade geral de supervisionar o trabalho da direção responsável pela elaboração de legislação e prestação de aconselhamento jurídico geral a todo o Ministério da Justiça, incluindo: elaboração de projetos legislativos; prestar parecer jurídico ao Ministro da Justiça e a outros órgãos do Ministério; representar o Ministério da Justiça em reuniões, discussões, workshops e seminários em Timor-Leste e no estrangeiro, relacionados com o desenvolvimento legislativo e outras áreas relacionadas com o sector jurídico, incluindo perante os mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas; ou fornecer supervisão técnica ao processo de tradução da legislação para tétum, com vista a promover maior acesso à informação.

É membro do Conselho Geral do Centro de Formação Jurídica (Centro Formação Jurídica e Judiciária), onde contribui para o desenvolvimento do plano estratégico, programas de formação e currículo para as diferentes profissões jurídicas (juizes, procuradores, advogados, notários, etc.). É presidente do

Conselho de Gestão e Disciplina dos Advogados, tendo desenvolvido trabalho relevante para apoiar o processo de estabelecimento da Ordem dos Advogados em Timor-Leste.

Foi Secretário-Geral da Conferência do Ministério da Justiça dos Países de Língua Portuguesa (CMJPLOP), de 2015 a 2017.

Entre 2004 e 2008, exerceu funções como oficial de Direitos junto do Gabinete do Conselheiro de Direitos Humanos do Primeiro Ministro de Timor-Leste.

É advogado, licenciado em Direito pela *Warmadewa University* e mestre em direito pela *Gadjah Mada University*, Yogyakarta, ambas na Indonésia, na área de Direito Constitucional. Foi bolseiro do Governo de Timor-Leste e da GTZ, agência de cooperação alemã.

Foi Docente na Faculdade de Direito UNPAZ, nas disciplinas de Direito Constitucional e Redação Legislativa.

Tem participado em inúmeros fóruns, conferências e seminários, incluindo no âmbito da CPLP, da ASEAN, Bali Process e Nações Unidas.

Fim.

Anexo (Agenda das sessões)

Painel 1 - COVID-19: Estado de Direito, legislação de emergência e a restrição de direitos fundamentais

18 de dezembro de 2020, (10h00 em Lisboa, 19h00 em Díli)

Moderação: Ângela Carrascalão

Link de acesso: <https://us02web.zoom.us/j/81347189010>

Agenda	Oradores	Tópico da intervenção
10h00' - Introdução (Network Timor e PACED)		
10h05' Intervenção de abertura	S. Exa. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e Porta-Voz do VIII Governo Constitucional da República Democrática de Timor-Leste, Fidelis Leite Magalhães	<i>“Medidas legislativas e económicas tomadas pelo Governo de Timor-Leste na luta contra a COVID-19: É possível ser eficaz, sem violar os direitos humanos. Uma visão de Timor-Leste”</i>
1.a Parte		
10h17'	José Pina Delgado, Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional de Cabo Verde	<i>“Sinopse das medidas limitadoras de direitos adotadas em Cabo Verde para Impedir a propagação da COVID-19”</i>
10h29'	Dionísio Babo Soares, Docente da UNTL e Ex-membro do Governo	<i>“A COVID-19 e os direitos civis e políticos em Timor-Leste”</i>

10h41'	Hilário Garrido, Juiz Tribunal Constitucional de São Tomé e Príncipe	<i>"Estado de emergência e restrições dos direitos fundamentais - perspectiva de São Tomé e Príncipe"</i>
10h53'	Nuno Canas Mendes, Professor associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e Presidente do Instituto do Oriente	<i>"A reação da ASEAN e dos seus Estados-membros à pandemia e Timor-Leste"</i>
11h05'	Nuno Pereira Ribeiro Coelho, Juiz Desembargador na Relação de Lisboa e Consultor Científico do PACED	<i>"Estado de direito emergencial e a função jurisdicional"</i>
11h15' - Perguntas & Respostas		
11h30' - Notas Finais		
2.a parte		
11h40'	António Delicado, Investigador do Centro de Investigação em Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa	<i>"Perspetivas da Legística (área do saber que estuda as melhores formas de conceber soluções normativas e de as redigir)"</i>

11h52'	Jorge Manuel Ferreira da Graça, jurista e advogado, assessor junto da Presidência da República Democrática de Timor-Leste	<i>"O regime jurídico-constitucional da legislação aplicável à COVID-19, o estado de emergência a liberdade de conformação legislativa à luz do direito e da prática jurídica em Timor-Leste"</i>
12h04'	Ricardo Sousa e Cunha, Doutor em Direito pela Universidade do Minho	<i>"Os desafios legislativos da pandemia de Covid-19"</i>
12h16'	Sónia Rodrigues, Coordenadora do Observatório da Legislação Portuguesa, NOVA School of Law, Lisboa	<i>"Legislação de emergência: o que nos dizem os números"</i>

12h 26' - Perguntas & Respostas

12h36' - Notas Finais /Encerramento

Painel 2: Covid-19 e a utilização dos meios e plataformas digitais no sistema judicial: desafios e oportunidades

Data: 21 de dezembro (10h00 em Lisboa /19h00 em Díli)

Moderação: João Pedro Campos

Link de acesso: <https://us02web.zoom.us/j/81904510675>

10h00' - Introdução		
10h05' Intervenção de abertura	Cláudio Ximenes, Desembargador jubilado	“Desafios e oportunidades da utilização dos <i>meios</i> e plataformas digitais no sistema judicial timorense”
10h17'	João Arsénio Oliveira, Coordenador de Assuntos Europeus e Diretor de Serviços de Relações Internacionais, Ministério da Justiça	“Covid-19 e a utilização dos <i>meios</i> e plataformas digitais no sistema judicial: desafios e oportunidades – vantagens e perigos para os cidadãos e para as instituições – caso de estudo”
10h30'	José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas de Portugal	“O caso do controlo financeiro público”
10h42'	Pedro Dias Venâncio, Professor Adjunto Convidado da ESTG.IPP e Prof. Auxiliar Convidado da EDUM	“A urgência de um quadro legal para a autenticação digital”

10h54'	Susana Antas Videira, Professora Associada, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	<i>“A crise pandémica, o estado de exceção e os direitos fundamentais”</i>
--------	---	--

11h06'	Joana Marques Vidal	<i>Vídeo - ‘Contributos para um percurso inevitável’.</i>
--------	---------------------	---

11h 16' - Perguntas & Respostas

11h30' - Notas Finais /Encerramento

Painel 3: Covid-19 e igualdade de género: impacto, medidas e respostas

Data: 22 de dezembro, 10h00 Lisboa /19h00 em Díli

Moderação: Patrícia Coutinho

Link de acesso: <https://us02web.zoom.us/j/87286107471>

10h00' - Introdução

10h05' Intervenção de abertura	Mónica Ferro, Diretora do escritório em Genebra do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)	<i>"COVID-19 e a violência contra as mulheres - a crise dentro da crise. Um olhar sobre os Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência de Género"</i>
10h17'	Ana Rodrigues, Investigadora e docente convidada da Escola de Direito da Universidade do Minho	<i>"Covid-19, igualdade e direitos reprodutivos – a resposta dos sistemas de saúde e os impactos na gravidez, parto e puerpério"</i>
10h29'	Ariana Simões de Almeida, perita em assuntos de igualdade de género e emancipação económica	<i>"COVID 19 e o impacto desproporcional na participação sócio-económica das mulheres, particularmente mulheres com deficiência"</i>
10h41'	Berta Montalvão, Senior Managing Partner da FORSAE e Vice-presidente da FME - CPLP	<i>"Breves notas sobre o papel das mulheres timorenses na promoção da igualdade de género"</i>

10h53'	Carmelita Pires, Consultora e advogada, Guiné Bissau	<i>"Covid-19 e a agenda de promoção da igualdade de género na Guiné-Bissau"</i>
11h05'	Maria Manuel Leitão Marques, Deputada ao PE	<i>'Covid-19: trabalho precário e os deveres de cuidado'</i>
11h17'	Nurima Alkatiri, Ativista para Igualdade de Género, Timor-Leste	<i>"Desafios atuais para a igualdade de género em Timor-Leste"</i>
11h29'	Nzira Razão Deus, Presidente da Fórum Mulher, Moçambique	<i>"Impacto da Covid-19 em Moçambique com enfoque na situação de crise humanitária, assim como o seu impacto para a segurança das mulheres, violência de género e economia informal"</i>
11h41'	Sandra Ribeiro, Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	<i>"O impacto do COVID no mercado de trabalho numa perspetiva de género"</i>
11h53'	Vasco Malta, Chefe Missão OIM Portugal - Organização Internacional para as Migrações - UN	<i>"Migrações: Impacto da COVID 19 & Futura recuperação sócio - económica"</i>
12h04' - Perguntas & Respostas		
12h20' - Notas Finais /Encerramento		

Painel 4: Covid-19 no limitasaun direitu fundamentál sira iha Timor-Leste (*Edição especial em Tétum*)

Data: 23 de dezembro, às 19h00 em Díli, às 10h00 em Lisboa

Moderação: [Helena Ximenes](#)

Link de acesso: <https://us02web.zoom.us/j/84252856324>

19h00' - Introdução

19h05'	José Telo, Provedor Adjunto, Provedoria da Justiça e dos Direitos Humanos de Timor-Leste	<i>"A restrição de direitos no contexto dos sucessivos estados de emergência declarados em Timor-Leste"</i>
19h17'	Berta Antonieta, Investigadora e Feminista	<i>"Oinsá Covid fó impaktu ba klase traballador lilja feto iha sector informal"</i>
19h29'	Dinorah Granadeiro, Comissária dos Direitos da Criança	<i>'Situasaun COVID 19 nia iha Timor liuliu limitasaun ba Direitu Labarik durante Estadu Emerjensia no Pandemia COVID 19'.</i>
19h41'	Gabriela Leite-Soares, Chefe e responsável pela área da saúde digital, Catalpa International em Timor-Leste	<i>'O papel da tecnologia para lidar com a desinformação durante emergências de saúde pública: barreiras e oportunidades em Timor-Leste';</i>

19h53'	Joaquim dos Santos, Deputado Parlamento Nacional de Timor- Leste	<i>'Respostas Legislativas à COVID-19: exceção ou o "novo ordinário"</i>
--------	---	--

20h05'	Nelinho Vital, Diretor Nacional do Ministério da Justiça	<i>Restrisaun Direitu fundamentál sira iha Timor-Leste'</i>
--------	--	---

20h17' - Perguntas & Respostas

20h32' - Notas Finais / Encerramento